



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

<b>CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>		
<b>EVENTO:</b> Reunião Ordinária	<b>Nº:</b> 1633/07	<b>DATA:</b> 26/09/2007
<b>INÍCIO:</b> 14h51min	<b>TÉRMINO:</b> 15h31min	<b>DURAÇÃO:</b> 00h40min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 00h39min	<b>PÁGINAS:</b> 13	<b>QUARTOS:</b> 8

<b>DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO</b>
<b>PAULO MAGALHÃES - Deputado Federal .</b>

<b>SUMÁRIO:</b> Oitiva do Deputado Paulo Magalhães, Representado no Processo nº 07, de 2007 — Representação nº 14, de 2007.
---

<b>OBSERVAÇÕES</b>
<b>Há intervenção fora do microfone. Inaudível.</b>



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Ordem do Dia.

Requerimento nº 20, de 2007, do Deputado José Carlos Araújo, propondo a continuidade da instrução do Processo nº 6, de 2007, já em curso, nos termos encaminhados pelo ex-Relator, Deputado Sandes Júnior.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do nobre Deputado Paulo Magalhães, Representado no Processo nº 7, de 2007.

Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos a serem adotados para esta reunião serão os seguintes: inicialmente, o depoente usará a palavra para suas considerações pelo tempo que for preciso. Em seguida, será dada a palavra ao Relator, Deputado Moreira Mendes, para suas indagações. Por fim, farei a chamada dos Parlamentares inscritos para inquirir o depoente.

Comunico a presença do advogado do Representado, Dr. José Eduardo Alckmin.

Convido o Dr. José Eduardo Alckmin e o Deputado Paulo Magalhães para virem até à mesa, por favor. *(Pausa.)*

Inicialmente, darei a palavra ao nobre Deputado Paulo Magalhães.

Com a palavra o Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar; Sr. Relator, Deputado Moreira Mendes; Dr. José Eduardo; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; senhores membros do Conselho.

É uma situação extremamente dolorosa para mim vir a este Conselho, mas me sinto também extremamente fortalecido, Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela certeza de que hoje vou demonstrar aos meus pares, ao Presidente, ao Relator, como disse, no início, a minha inocência. E é por isso, Sr. Presidente, que, ao ler esta representação, eu me senti motivado a vir aqui perguntar qual o poder de pressão que tem um Deputado perante um Ministro. É isso que se alega na representação: que teria eu feito pressão em Ministros do Tribunal de Contas para ter concessão em benefício da Construtora Gautama. Não fui ao Tribunal de Contas tratar nada da Construtora Gautama. Aí estão declarações



de Ministros que reforçam o que estou a dizer. Por outro lado, através de uma interceptação telefônica, diz a representação também que teria eu recebido 20 mil reais. Não recebi. Recebi agendas, por uma deferência ou uma gentileza, o que é normal na atividade. Poderiam os senhores me perguntar: “e esse *telefonema*, essa *interceptação telefônica*?” Qual Deputado não recebeu um pedido de quem quer que seja — eleitor, empresário —, qual Deputado não recebeu? Eu recebi um pedido e não o fiz. Tanto não o fiz que aí estão as declarações públicas de Ministros do Tribunal de Contas. Isso posto, coloco-me à disposição do Sr. Relator, do Sr. Presidente e dos nobres pares para qualquer pergunta que achem necessário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado Moreira Mendes.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Sr. Presidente, ilustres membros deste Conselho, nobre Deputado Paulo Magalhães, eu vou fazer algumas perguntas, eu diria que quase por dever de ofício, porque V.Exa. praticamente já respondeu ao que tenho aqui para perguntar.

O senhor conhece o Sr. Zuleido Veras e tem algum tipo de relação profissional ou comercial com ele?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Conheço, mas não tenho nenhuma relação comercial com o Dr. Zuleido Veras.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - O senhor pode informar se a Empresa Gautama, segundo a notícia aqui da representação, que tem obras em vários Estados brasileiros, teria prestado algum serviço em municípios da sua base eleitoral?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Não. E gostaria também, Sr. Relator, de acrescentar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu não tenho uma emenda, uma emenda que tenha atendido à Construtora Gautama.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - O senhor confirma esse diálogo que está noticiado aqui na representação?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Qual é esse diálogo?

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - O diálogo publicado que teria sido objeto de escuta.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Perfeitamente. Sim, senhor.



**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Perfeito. O senhor poderia esclarecer a que se refere o diálogo? Porque ele é confuso, isso aqui não dá nem para entender direito o que um pergunta e o que quer. Eu, pessoalmente, não consegui entender.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Eu disse na minha... que todos nós podemos receber pedidos. E esse foi um deles. O senhor vê que o pedido até não tem nexos e as minhas respostas estão nessa linha.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Até para deixar V.Exa à vontade, eu quero dizer que eu já recebi dezenas de telefonemas semelhantes pedindo para interceder junto a ... até para interceder junto a Tribunais de Justiça, Supremo, como se isso fosse uma coisa que a gente pudesse, de alguma forma, fazer. Mas quer dizer que o senhor não tem nada a acrescentar com relação ao diálogo especificamente?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Não.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Lembra-se de que ele se refere a alguma obra ou não?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Não, não senhor.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - O senhor teve o contato com o Ministro que ele cita aqui, o Ministro Ubiratan, do TCU?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Não, senhor. Não, senhor. E existe, tem uma declaração do Ministro de que eu não estive; e se não estive com ele, não tratei.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - V.Exa. foi sócio, teve algum negócio no passado com o Sr. Zuleido Veras?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Não.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Nunca?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Nunca.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Porque ele também... A sede da empresa é na Bahia. Nem tempos atrás, nunca houve negócio nenhum?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Nenhum, nenhum.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - O senhor podia explicar, há também um fato aqui, aquela história de que, segundo denúncia, a denúncia apresentada, a representação, V.Exa. teria recebido uma quantia em dinheiro, que



lhe teria sido entregue por um cidadão chamado Florêncio Vieira. O senhor conhece essa pessoa?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Eu disse, Sr. Relator, que na representação, o PSOL fala...

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - O senhor teria recebido uma encomenda.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - ...que eu teria recebido 20 mil reais por um preposto, levado por um preposto da Construtora Gautama.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Isso.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - E eu volto a dizer que recebi agendas de um preposto da Construtora Gautama.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - O senhor teria consigo essas agendas, ou agenda, que ele fala aqui em material, que foi encarregado de entregar o material. O senhor tem consigo ainda essas agendas?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Fiz questão, Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de trazer aqui as agendas que recebi: uma ainda está na caixa e a outra eu abri.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Ilustre Deputado, ainda a representação fala também assim, muito superficialmente, que V.Exa. teria, de alguma forma, auxiliado a Construtora Gautama junto a alguma obra em Brasília. Aqui está: "obra em Brasília". O senhor pode informar alguma coisa, tem alguma informação a esse respeito?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Deputado Moreira Mendes...

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - O senhor apresentou emenda alguma vez para alguma obra em Brasília?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Em hipótese nenhuma. Se encontrar uma emenda minha para beneficiar a Construtora Gautama, eu renuncio ao meu mandato. Não tem nenhuma ligação com obra de Brasília. Veja bem o senhor, eu não estou, nós não estamos com prestígio de arrumar, de defender ou de indicar obra na Bahia, quanto mais em Brasília.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Presidente, eu estou satisfeito, por enquanto, com as respostas do ilustre Deputado. Vamos ouvir os outros colegas e no correr, talvez, possa ter alguma outra pergunta a fazer.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Relator, Deputado Moreira Mendes.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Obrigado, nobre Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, o Deputado Paulo Piau. Com a palavra, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Sr. Presidente Ricardo Izar, Sr. Relator Moreira Mendes, Srs. Deputados, membros deste Conselho. Sr. Presidente, eu queria manifestar aqui o seguinte: bom, primeiro, dizer que fiquei conhecendo o Deputado Paulo Magalhães aqui, agora, porque esteve na minha sala apresentando a sua defesa, pedindo que desse uma lida nesse material previamente. Então, nunca tivemos uma conversa sequer. Portanto, o que a gente vai colocar aqui é fruto desse relacionamento, dessa falta de interesse, é de um partido que aqui na Casa é adversário do meu partido, que é o PMDB, ele é do DEM, base de oposição ao Governo. Então, o que a gente vai falar aqui tem uma conotação absolutamente isenta de política e isenta de qualquer outro nível de relacionamento e de interesse. Eu estou preocupado com o nosso Conselho, Sr. Presidente, porque quando a Sra. Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho, Presidenta do PSOL, manda uma representação dessa natureza para cá, com todo respeito ao PSOL e a ela também, uma pessoa que eu admiro... Mas, Sr. Presidente, na primeira página da representação está aqui escrito: Representação para Investigação por Quebra de Decoro Parlamentar. A ex-Senadora Heloísa Helena tem conhecimento de que o Conselho de Ética não tem poderes judiciários, como tem uma CPI, não tem poder de convocação de ninguém e, portanto, nós não somos um órgão de investigação. Então, eu acho que essa peça já começa errada na sua primeira folha: Representação para Investigação por Quebra de Decoro Parlamentar. Eu acho que nós estamos aceitando, Sr. Presidente, a desmoralização dos Parlamentares. E a desmoralização dos Parlamentares significa a desmoralização do Parlamento. Não entro no mérito da questão do Paulo — não entro. Ele pode ser culpado ou inocente. Então, não estou dizendo que ele seja inocente, não. Pelo contrário, a investigação deverá prosseguir pelos órgãos que têm responsabilidade de investigação, que é a polícia, que é o Ministério Público e, evidentemente, o Poder Judiciário também. Mas eu acho que está chegando, como na representação também do Deputado Olavo Calheiros, em que o ouvimos aqui duas semanas atrás. Chegamos à mesma



conclusão: a representação não tinha nada de prova consistente com que esse Conselho possa tomar alguma decisão, fazer algum julgamento. Eu, por essa representação aqui, Sr. Presidente, isso aqui não tem nada, absolutamente nada de consistente e que mereça estar aqui o Deputado Paulo Magalhães sentado no banco dos réus. E o estrago para a sua imagem já está feito perante a opinião pública, porque a imprensa divulgou isso por todo canto. Bom, eu queria aqui também dizer que nós não podemos adivinhar a idoneidade de qualquer empresa. Conversava agora há pouco com o Deputado Moreira Mendes, e nós, que somos representantes políticos, temos uma relação com o mundo, com o universo da sociedade. Então, eu me relaciono com muitas empresas. agora, um dia, se uma empresa dessas que eu levo a Ministério, que eu levo ao Governo do meu Estado, para resolver problemas das empresas, problemas ambientais, problemas tributários, problemas de incentivos dos Governos dos Estados, porque é nosso papel estar ajudando ao desenvolvimento... Se órgãos da imprensa acha, ou mesmo o PSOL, que nós estamos aqui apenas para apertar botão no plenário... Nós temos uma responsabilidade com o desenvolvimento. Quer dizer, nós não estamos aqui apenas para fazer um trabalho pequeno, talvez, como pensa o PSOL. Eu, por exemplo, me meto bastante. Sou pesquisador do sistema EMBRAPA; estamos aqui numa linha de trabalho. E pesquisa significa tecnologia, conhecimento, significa relação com as empresas. Estamos aqui num trabalho com os parques tecnológicos, que tem uma relação com as empresas diretamente. Se eles pensam que nós não temos que fazer esse trabalho, eu acho que eles têm que rever o conceito deles, porque na minha observação nós temos de estar interagidos com todos os segmentos da sociedade, inclusive o empresarial. E o senhor imagine se a gente está com uma empresa e essa empresa não é idônea, mas não tem nada que a desabone e nós, de repente, temos uma relação no Ministério ou qualquer outro órgão e essa empresa um dia cai em desgraça. Que culpa temos nós como políticos de estarmos com uma empresa dessa? Então, Sr. Presidente, eu queria apenas manifestar. Quer dizer, louvo o trabalho do PSOL. Eu estou dizendo isso porque acho que tem de ter pessoas aqui também para chamar atenção até para ser radicais, mas acho que o Conselho de Ética também tem de se precaver para que a gente não banalize muito o nosso trabalho aqui. Nós somos um órgão de julgar fatos concretos, fatos investigados, se houve falta de decoro ou não. Aí, nós temos o



nosso voto colocado conscientemente com justiça. Mas essa representação, realmente, li por várias vezes, e eu não vi nenhuma consistência para que este Conselho possa prosseguir nessa investigação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa. tem toda a razão. Inclusive, desde o começo, esta Presidência achou, pela inicial, ser um processo inepto. Agora, iremos ouvir o Deputado e os demais Deputados, membros do Conselho. Em seguida, caberá ao Relator dizer o que fazer e nós iremos julgar.

Com a palavra o nobre Deputado Dagoberto.

**O SR. DEPUTADO DAGOBERTO** - Sr. Presidente, também estou vendo a denúncia e ainda a percebo como extremamente vaga. Quero fazer uma sugestão a V.Exa. e ao Relator, porque S.Exa. diz aqui que houve uma segunda conversa gravada, conversa essa que não está juntada na denúncia. Quero então, para poder avaliar, se isso tem seqüência. Porque aqui, quando S.Exa. fala material, dados, pode-se interpretar uma série de coisas, mas quando se tem uma seqüência, isso pode clarear aquilo que de fato se está buscando. Então, eu acho que sem ter essa segunda conversa gravada, sem essa segunda gravação, é muito difícil a gente julgar, porque vamos julgar em cima de uma coisa muito vazia. Então, quero sugerir ao Relator Moreira Mendes que solicite da Polícia Federal essa segunda conversa gravada, para, aí sim, a gente poder abrir o debate e a discussão.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Um aparte, Deputado Dagoberto?

**O SR. DEPUTADO DAGOBERTO** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO PIAU** - Acho que o Deputado Dagoberto foi feliz e eu quero completar o meu raciocínio, com a permissão de V.Exa. Se as investigações da Polícia Federal avançarem e evidentemente houver fatos concretos, claro que essa matéria voltará ao Conselho, e nós vamos poder evidentemente julgá-la. Então, isso não significa que nós estamos aqui isentando de culpabilidade. Era só essa complementação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Antônio Andrade.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANDRADE** - Sr. Presidente, acho que tenho muito pouco a acrescentar à fala do Deputado Paulo Piau e do Deputado Dagoberto. Eu li o processo, tive a oportunidade de ler a defesa prévia, de ler a representação do PSOL e não vejo o porquê dessa representação. O Relator, Deputado Moreira





Mendes, disse muito bem que nós, políticos, recebemos pedidos os mais diversos possíveis, todos eles. Recebemos esses pedidos de uma forma educada, de uma forma política. Às vezes, respondemos: “*Não, está bom, eu vou ver o que eu posso fazer por você. Não, deixa eu ver. Não, tá O.k.*” É a nossa forma educada como políticos. Às vezes, um pai pede para tirar um filho que estava preso por tráfico de droga. Você vai responder para esse pai? “*Não, eu não mexo com essa porcaria não. Eu quero que seu filho morra na cadeia.*” Você não vai responder isso. “*Não, está bom.*” “*Você conhece o delegado?*” “*Conheço.*” “*Você pode falar com ele pra mim?*” “*Não, está bom, depois eu vejo o que eu faço para você.*” E não fazemos absolutamente nada, porque não tem nada a ser feito. Eu recebi uma construtora da minha terra, da minha região. Se me pedir um favor, eu vou receber educadamente. “*Está bem, está o.k.*” “*Olha isso para mim.*” “*Não, está o.k.*” Não vou olhar. Foi o que aconteceu com o Deputado. Parece que aconteceu com o Deputado Paulo Magalhães. Pedidos recebemos como políticos os mais diversos possíveis. Se toda vez que recebermos um pedido, tiver uma gravação e formos condenados porque recebemos o pedido, teremos de parar de atender telefone. Vamos ter que colocar alguém para atender para nós para poder filtrar essas ligações e só aí é que vamos poder conversar, se pode, se não pode. Então, eu não vejo, Sr. Presidente... Eu acho que processo, no meu modo de entender — o Relator vai fazer seu parecer —, deve ser arquivado o mais rápido possível, até porque o Deputado, hoje é o Paulo Magalhães, amanhã pode ser a gente, e o desgaste é imenso perante a imprensa, que está sendo representado no Conselho de Ética. É um desgaste para a sua imagem pública. E o maior valor do homem público é justamente a sua imagem. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra a Deputada Solange Amaral.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Deputado Paulo Magalhães, quero também fazer minhas as palavras do Deputado Paulo Piau. Nós temos de tomar muito cuidado para não banalizarmos uma coisa tão importante como a ética e o decoro parlamentar. Temos de ter muitos cuidados. Eu quero pedir... No final da — não sei se o nome é defesa; é defesa? — defesa feita pelo Dr. José Eduardo Alckmin tem um parágrafo em que ele diz: “*Cuidou-se da remessa de algumas agendas, gentileza que o Sr. Zuleido Veras permitiu fazer por conta da*



*interveniência do defendente no sentido de apaziguar dissensões havidas com seu antigo sócio, Sr. Latife Abud, em decorrência do desfazimento do vínculo societário, fato notório no meio empresarial.” O senhor quer falar um pouco disso?*

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Deputada Solange, o Dr. Zuleido Veras e o Dr. Latife Abud eram sócios e tiveram uma cisão; e nessa cisão houve alguns problemas, e o relacionamento ficou ruim, muito ruim. E um dos advogados, o advogado e professor Dilson Dória, de quem eu sou grande amigo, intercedeu justamente para apaziguar e buscar o entendimento. Foi justamente isso que o Dr. Alckmin colocou dessa forma.

**A SRA. DEPUTADA SOLANGE AMARAL** - Era só isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Moreira Mendes, Deputado Paulo Magalhães, seu advogado. Sr. Presidente, talvez eu aqui seja o Deputado que tenha mais conhecimento de causa dessas coisas porque também sou baiano. E o fato de ser baiano me dá a autoridade de depor, não só perguntar, mas dar alguns depoimentos aos meus colegas de Conselho. O Dr. Zuleido Veras não era meu conhecido. Eu o conheci como grande parte dos baianos. Os Deputados que viajam conhecem o Dr. Zuleido Veras. Ele era assíduo freqüentador dos vôos das terças e das quintas-feiras à noite. Então as pessoas terminam conhecendo, conversando. Ele é um cara educado e podia ter mandado a agenda, como mandou para o Paulo, para qualquer um de nós. E hoje podia eu estar sentado no lugar do Deputado Paulo Magalhães. Fora isso, Sr. Presidente, vejamos o que trata a representação do PSOL. Acho que essa é uma representação padrão. Está no computador. Só falta trocar o nome do Deputado que eles querem representar e colocar o fato. O resto já está impresso no computador. Na prensa, é só imprimir. Porque muita coisa que está nesta representação eu já vi em outras representações; as palavras, as frases já estão em outras representações. Mas vejamos a conversa gravada, um grampo, do Deputado Paulo Magalhães com Zuleido, supostamente uma conversa gravada pela polícia, não sabemos se oficial ou se extra-oficial, ou gravação esquentada de alguma forma. Diz o seguinte: Zuleido Veras: *“Tamos pedindo vistas. Tamos.”* Então, Paulo Magalhães diz: *“Tá bom.”* Zuleido Veras: *“Quem deve pedir vista é Nardes, ou coisa*



*assim, tá? Ou então o Guilherme. Estamos já na berlinda” — e deram risada — “mas vai ser tudo resolvido. Vai ser resolvido agora e é bom dar um pulinho lá.” “Olha, meu amigo, não faça mais isso.”* Aí, Paulo Magalhães: *“Lógico, eu não vou dar atestado a eles.” “É, não faça mais isso com a gente, não.”*

Claro, o Deputado Paulo Magalhães estava fazendo alguma coisa para o Zuleido Veras que não estava agradando a ele, alguma coisa que não agradou. Ele estava pedindo ao Paulo Magalhães que não repetisse, que não fizesse mais aquilo. E se estava pedindo para não fazer mais aquilo não era por que estava favorecendo. Era alguma coisa que Paulo não fez, deixou de fazer; que era para favorecê-lo, e Paulo, por alguma razão, não fez, ou não era para fazer. E aí ele diz: *“Não faça mais isso com a gente, porque a empresa é minha. Pode dizer assim.”* Quer dizer, a empresa é minha, você é meu amigo, alguma coisa desse tipo assim. *“Não faça mais isso não.”* Está claro que o Paulo Magalhães fez alguma coisa que não agradou o Zuleido, ou não atendeu ao Zuleido. Porque eu não posso entender um diálogo... Se eu fiz alguma coisa de bem para alguém, o caro me telefona para agradecer. *Olha, muito obrigado pelo que você fez. Muito bem. De outra vez, vou pedir para você fazer de novo.* Não. *“Não faça mais isso, não.”* Não faça, porque está me prejudicando. Entendo dessa forma, porque eu não vi absolutamente, Sr. Presidente, absolutamente nada, absolutamente nada; e, em segundo, essa segunda conversa, que o Deputado Dagoberto fala, acho que ela não existe. Ela não existe. Ela não veio aos autos, Deputado Dagoberto, porque ela não existe. Ela nunca existiu, porque senão já tinha nos chegado às mãos. O que nós não podemos, Sr. Presidente, é banalizar o instituto do Conselho de Ética. Antes de recebermos essas representações, devemos analisá-las, para ver se são realmente pertinentes ou não, antes de submeter ao constrangimento qualquer Parlamentar. É óbvio que aquele Parlamentar que errou, que realmente atentou contra o decoro parlamentar tem de ser punido. Nós temos que fazer. Agora, quando vem para cá... Tenho a impressão de que o PSOL está pensando que aqui é uma delegacia de polícia. Representação para investigação — acho que o endereço está errado. O endereço está errado. Com certeza, Sr. Presidente, não é o Conselho de Ética. Ele deve ter enviado isso para a Polícia Federal, porque está aqui: representação para investigação. O certo seria representação por quebra de decoro parlamentar do Deputado tal. Nós não somos delegacia de polícia, Presidente. Nós não temos



poderes de CPI para investigar. No máximo, temos isso: chamar o Deputado, submetê-lo ao constrangimento, porque, culpa ou não tenha o Deputado, independente de ser o Paulo Magalhães, ou quem quer que seja, é um constrangimento muito grande sentar-se aí na condição que S.Exa. está sentando. Não há coisa que pague o que passa um Deputado mesmo depois de ser absolvido. Muitos já se sentaram aí. Muitos foram absolvidos. Muitos também pagaram porque erraram — e aí nós fizemos o nosso papel. Agora, o que nós não pudemos, Sr. Presidente, é ser pautados por quem quer que seja, por imprensa, ou por quem quer que seja. Porque a imprensa quer execrar o Deputado, nós temos que fazer o que a imprensa quer. Não. Nós temos de ser pautados por nossa consciência, pelo nosso trabalho, pelo que consta da representação. Se a representação trouxer indícios fortes, provas robustas, se der forma para que possamos ir buscar provas robustas para incriminar, para mostrar que o Deputado quebrou o decoro parlamentar, então, temos de punir. Se o Deputado Paulo realmente errou contra o decoro parlamentar, terá de ser punido. Mas se não for, Sr. Presidente, e aí não vejo nada aqui com isso, nada, a não ser uma denúncia padrão feita contra Deputados que aqui chegam. Grande parte do que está escrito aqui já foi escrito em outras representações. Veja, Sr. Presidente, hoje, tem apenas uma câmera de televisão. Eu não vejo o PSOL. Eu não vejo o PSOL aqui. Não está aqui o PSOL. Sabe por que, Presidente? São poucas as luzes. Os holofotes são poucos. A televisão é só a da Casa. Garanto que se fosse no horário nobre, com a *TV Globo* e outras televisões aqui, este Conselho estaria cheio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, não havendo mais nenhum Deputado inscrito, eu darei a palavra novamente ao Deputado Moreira Mendes, Relator desta matéria.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Sr. Presidente, ilustres pares, parece que há um consenso aqui. Todos os Deputados e a Deputada que usaram da palavra parece que falaram a mesma coisa. Eu quero dizer a vocês que eu já tenho uma opinião formada a respeito desse assunto. A minha preocupação é muito mais com o Deputado Paulo, no sentido de preservá-lo e de que este assunto, em sendo liquidado aqui, que o seja de forma definitiva. Por isso não apresentei hoje nenhum relatório. Mas eu também estou convencido de que não existe nada de concreto que possa incriminá-lo. Mas, por excesso de zelo, Sr. Presidente, vou



tomar uma iniciativa semana que vem pessoalmente. Quero abrir um convite para quem quiser me acompanhar: vou promover uma diligência, vou visitar, vou pedir uma audiência para o Ministro Ubiratan Aguiar e vou pessoalmente indagar dele se ele confirma a notícia que está publicada nos jornais. E eu tomei o cuidado de pedir aqui o processado. Aqui dentro já há jornais que publicaram declarações do Ministro no sentido de que ele desconhece a Gautama e que nunca teve contato nenhum e nenhuma conversa com o Deputado Paulo Magalhães. Saindo de lá, vou pedir uma audiência ao Deputado Relator de uma CPI que tramita na Assembléia Distrital, aqui do Distrito Federal, que trata desse assunto da Gautama. Vou lá para saber se em algum momento tem lá o nome envolvido do Deputado, que é outro fato citado aqui que a gente pode observar. Vou lá pessoalmente. Relativamente à sugestão do nobre Deputado Dagoberto, a menos que o Conselho decida de forma contrária, eu não vejo razão para irmos à Polícia Federal, porque isso aqui é uma suposição. E tenho convicção de que, se tivesse uma linha que fosse de conversa gravada envolvendo o nome do Deputado, certamente o PSOL já teria aditado à representação ou já teria trazido no próprio corpo da representação. Ademais, apenas para argumentar, a gente sabe que ...

**O SR. DEPUTADO DAGOBERTO** - Se V.Exa. está tendo cautela com os demais casos, tenha cautela também com o que nós pedimos.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - É possível. Eu vou concluir. Tenho informação, não confirmada, de que todo esse procedimento corre em segredo de Justiça. Não sei se conseguiríamos obter as informações. Mas de qualquer forma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Todos os processos com segredo de Justiça que nós requisitamos, ou no Supremo, ou na própria Polícia Federal, ou no Ministério Público, eles estão nos encaminhando.

**O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES** - Seguindo a mesma linha de raciocínio, poderemos, inclusive, na Polícia Federal, ir analisar os autos e as gravações que estão lá. De forma que eu pretendo fazer isso na semana que vem. E, se tiver tempo ainda, na próxima sessão do Conselho, já vou trazer o relatório. Não tenho nenhuma pergunta mais a fazer ao Deputado Paulo Magalhães. Agradeço a ele a sua presença. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Consulto o nobre Deputado Paulo Magalhães se gostaria de usar da palavra nesse final. *(Pausa.)* Srs.



---

Deputados, antes de encerrarmos, gostaria de lembrá-los que temos alguns documentos em segredo de Justiça que estão no gabinete da Presidência deste Conselho, principalmente do processo do Deputado João Moreira.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Perdão, do Carlos Willian. Mário de Oliveira e Carlos Willian. Nós estamos com um processo que não pode sair da Presidência do Conselho. Aqueles que desejarem ler e consultar, seria interessante. Já 2 Deputados o fizeram.

Não havendo mais nada a discutir, Srs. Deputados, convidarei V.Exas. para semana que vem, em horário que estipularei posteriormente.

Está encerrada a sessão.